

FICHA DOUTRINÁRIA

Diploma: CIRC

Artigo: 4º

Assunto: Enquadramento fiscal de prestações de serviços relativos a transportes aéreos

Processo: 2707/2006, despachado em 10.01.14, pelo substituto legal do Director-Geral

Conteúdo:

1. Uma vez que o legislador não fornece qualquer critério para a delimitação do âmbito da expressão “serviços relativos a transportes”, deve recorrer-se, em primeira linha, para a Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE), Revisão 3 (harmonizada com as classificações de actividades da União Europeia e das Nações Unidas), a qual foi estabelecida pelo DL n.º381/2007, de 14 de Novembro.
2. Tratando-se de serviços de transportes aéreos, recorre-se à designação – actividades auxiliares dos transportes aéreos que consta da Subclasse – 52230, Classe – 5223, Grupo 522, Divisão – 52, Secção – H da CAE – Rev.3.
3. Quanto aos serviços de “*handling*”, serviços de manutenção das aeronaves realizados fora do território português e de reparações ocasionais de peças das aeronaves realizadas fora do território nacional e serviços de reservas, cancelamentos e emissão de bilhetes efectuados a partir de uma aplicação informática, disponibilizada por uma entidade não residente aos operadores turísticos e agências de viagem por conta das empresas de transportes aéreos, considera-se que todos eles se integram na designação – actividades auxiliares dos transportes aéreos (constante da Subclasse – 52230, Classe – 5223, Grupo 522, Divisão – 52, Secção – H da CAE – Ver.3), pelo que se encontram abrangidos pela expressão “serviços relativos a transportes” prevista no n.º7 da alínea c) do n.º3 do artigo 4º do Código do IRC.
4. Os serviços de reparação das aeronaves e/ou peças das mesmas realizados fora do território português não podem ser subsumidos no conceito de “serviços de apoio técnico” (art. 4º, n.º4 *in fine* do CIRC), pois os serviços taxativamente enumerados na última parte do n.º4 do artigo 4º do CIRC são serviços que, em virtude do seu carácter desmaterializado, acarretam uma dificuldade inerente à localização da respectiva execução material, característica que não se verifica naquele tipo de serviços. Sendo assim, estes serviços não são tributados em território português.